



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

## **Ideologia, ideologias, lutas de classes:** althusser e os aparelhos ideológicos (de estado) Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

**Como citar:** ALMEIDA, L. F. R. de. Ideologia, ideologias, lutas de classes: althusser e os aparelhos ideológicos (de estado). In: PINHEIRO, J. (org.). **Ler Althusser**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p.71-96.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-819-4.p71-96>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# IDEOLOGIA, IDEOLOGIAS, LUTAS DE CLASSES: ALTHUSSER E OS APARELHOS IDEOLÓGICOS (DE ESTADO)\*

*Lúcio Flávio Rodrigues de ALMEIDA<sup>1</sup>*

Este texto é o segundo de um projeto de reexame do recurso efetuado pelo grupo althusseriano ao conceito de aparelhos ideológicos de Estado. Retomo e amplio o primeiro, publicado na revista *Lutas Sociais*, 33 (ALMEIDA, 2014), contemplando mais de perto os aportes efetuados por Nicos Poulantzas e cotejando-os com os do próprio Althusser. Surpreendentemente, Poulantzas, ao mesmo tempo em que se distanciava de algumas teses adotadas pelo grupo althusseriano nos anos 60, foi quem, em *Fascismo e Ditadura*, recorreu mais sistematicamente ao referido conceito. Por sua vez, o processo de elaboração deste por Louis Althusser estava longe de se reduzir ao que este autor apresentou inicialmente.

Novas pesquisas e depoimentos sobre Louis Althusser e, especialmente, a publicação de manuscritos que ele deixou engavetados, revelam um percurso que sinaliza diferentes rumos. Independentemente das avaliações que receba, tal processo expressa extraordinária capacidade de experimentação de novos caminhos para um marxismo que se demonstrava imprescindível e, em aparente paradoxo, necessitado de *aggiornamento* ur-

---

<sup>1</sup> Livre-docente em Ciência Política pela PUC-SP. Professor do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da mesma instituição; Coordenador do Núcleo de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). Autor de *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2014. [luflavio40@gmail.com](mailto:luflavio40@gmail.com)

gente, até porque sofria ataques de múltiplos pontos e em diversos flancos. Cinco décadas após a aparição fulgurante de *Pour Marx e Lire Le Capital*, os estudiosos da contribuição althusseriana estão longe de encontrar um território bem mapeado conceitualmente. Ainda reexaminam textos primeiramente publicados, deparando-se, para frente e para trás, com novas aventuras que, embora férteis do ponto de vista teórico-político, não oferecem grandes garantias de como terminarão.

Aqui não se analisam diretamente as duas obras “fundadoras”, mas um artigo cujo impacto transpôs o âmbito dos “especialistas” e se transformou em referência maior sobre os aportes althusserianos em geral e, em particular, acerca da ideologia. Ao mesmo tempo, sinalizou na época, embora discretamente, a dimensão semioculta da produção “subterrânea” de Althusser, bem como das relações entre ela e a que o autor trouxe à luz. Refiro-me a «*Idéologie et appareils idéologiques d’État (notes pour une recherche)*». Se a análise aqui apresentada contém algo de original, é muito simples: trata-se de destacar o caráter explosivo de um texto tido como exatamente o oposto: “reproducionista”.

Publicado em junho de 1970 na revista *La Pensée* n.º 151, o texto é constituído por extratos articulados, em janeiro-abril de 1969, de um manuscrito que não parava de crescer nem de mudar de nome e que, após a morte do autor, foi editado e saiu com o título *Sur la reproduction* (ALTHUSSER, 1995). O artigo adquiriu vida própria e circula amplamente, às vezes sob a forma de opúsculo, por diversas áreas das ciências humanas. Sem perder o brilho, mescla passagens que beiram o didatismo com formulações mais obscuras e de candente teor polêmico em relação a teses marxistas mais consagradas e a ousadias do próprio Althusser. Desde o início, foi objeto de sofisticadas e balanceadas interpretações e também de rotulações primárias.

Para complicar ainda mais, as partes selecionadas para o artigo tratam, sobretudo, da reprodução, o que, em princípio, é explicável pela definição do tema do manuscrito, reprodução das relações de produção capitalistas. Como sempre se pode piorar uma situação, a inteligibilidade do manuscrito e, assim, do conjunto das formulações elaboradas pelo autor, seriam facilitadas caso este tivesse produzido o tomo II, que se voltaria para “a luta de classes nas formações sociais capitalistas”. Não faltavam motivos

(justificados ou não) para que o artigo sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIEs) fosse qualificado de “reproducionista”, “conformista”, “negador das lutas de classes” ou “funcionalista”.

Em vez de fazer um cotejo direto de teses de Althusser com outras elaboradas a partir de correntes rivais dentro e fora do marxismo, o que aqui se procura é abordar, no interior do universo teórico althusseriano (sem ignorar todas as tensões e contradições que ele apresenta), algumas questões candentes acerca de um conceito formulado pelo autor: o de aparelhos ideológicos de Estado.

Diversos estudiosos já observaram que Althusser escreveu o texto sobre os AIEs sob forte impacto da influência da obra de Gramsci. Esta observação, no geral correta, merece maior qualificação.

Na Itália e na França, para nos atermos aos casos principais, as teses do grande revolucionário sardo eram adotadas principalmente com vistas ao reforço do reformismo em diversos partidos comunistas no mundo inteiro (Brasil incluso). Na contramão desta tendência, Althusser se apropria de formulações gramscinianas que restringem a distinção público-privado ao interior do direito burguês, negando que ela se estenda ao conjunto do Estado. Este « Estado, que é o Estado *da* classe dominante, não é público nem privado; é, ao contrário, a condição de toda distinção entre o público e o privado” (ALTHUSSER, 1995, p. 282).

Esta formulação, em especial quando diretamente articulada à distinção entre aparelho de Estado e poder de Estado, implicava um confronto aberto com as teses que tendiam a negligenciar a análise do caráter estrutural de classe do aparelho de Estado e, por este caminho, ignoravam a unidade fundamental deste. Dupla ocultação que possibilitava “maleabilidade” suficiente para justificar a crença em uma revolução socialista sem profundas rupturas institucionais, dentro e fora do aparelho estatal burguês *stricto sensu*. Bastaria, em especial, deslocar o capital monopolista (Partido Comunista Francês) ou intensificar a presença das lutas populares no interior do referido aparelho (especialmente caso do Partido Comunista Italiano – PCI e posterior versão poulantzianiana do eurocomunismo de esquerda).

Mas não era somente com esta tendência mais à direita que nosso autor, membro do PCF, tinha uma relação mais instável. O mesmo ocorria

com jovens intelectuais ativistas de extrema esquerda, alguns dos quais, ex-alunos e companheiros de trabalho de Althusser. Neste caso, o maoísmo, antes ponto de confluência, se tornava cada vez mais ponto da discórdia, especialmente no que se refere às relações entre produção teórica e inserção em instituições burguesas, a começar pela universidade<sup>2</sup>. Em termos filosóficos, o conflito se expressaria em áspero debate sobre o teorismo e o próprio Althusser fez importantes autocríticas a este respeito<sup>3</sup>.

Enfim, havia a extrema esquerda libertária, um crescente público para a produção foucaultiana. Bem mais jovem do que Althusser, Michel Foucault já havia publicado quatro importantes livros antes de *Pour Marx* e exercia crescente influência sobre indivíduos e movimentos que viam no marxismo antes um obstáculo a ser superado do que um referencial teórico-prático importante para a transformação social. A este respeito, Althusser efetuou um duplo movimento, o qual se expressa claramente em *Sur la reproduction*. Por um lado, teceu forte elogio à *História da Loucura na Idade Clássica*<sup>4</sup> e aventou a possibilidade de se referir à existência, nas formações sociais capitalistas, de um “aparelho ideológico ‘medicinal’” (ALTHUSSER, 1995, p. 192). Por outro, congruente com as formulações que apresenta em seu manuscrito, dirige críticas sofisticadas e candentes a um lema divulgado pelo semanário anarquista *L’Action* e que até hoje faz furor: *Chassez le flic que vous avez dans la tête* (“Expulse o policial que você tem na cabeça”).

Segundo Althusser, os autores deste lema, embora expressassem intenções ultrarrevolucionárias, incorriam em dois graves equívocos: 1) substituíam a exploração pela repressão ou pensavam a primeira como uma forma da segunda; 2) substituíam a ideologia pela repressão, ou concebiam a primeira como uma forma da segunda. O resultado seria de um simplis-

<sup>2</sup> Balibar esboça diversas tentativas de dar conta desta múltipla relação de Althusser com o PCF e com grupos maoístas. O interesse está nos depoimentos de quem, também vinculado ao PCF, compartilhou intensamente esta experiência. Ver, por exemplo, Balibar (2009; 2015). Aguardemos o que ele ainda publicará sobre o assunto. Dois textos que teceram, de uma perspectiva maoísta, duras críticas a Althusser, foram escritos por Badiou (1976) e Rancière (1974). Em longo depoimento a seu biógrafo, Peter Hallward, Badiou se esforça para esclarecer que, seja por seu trajeto escolar, seja pelas principais influências que recebeu, não teve grandes relações com Althusser e o grupo que se constituiu mais diretamente em torno deste na École Normale Supérieure. Por outro lado, fornece valiosas informações acerca do desenvolvimento do maoísmo francês e das relações que este manteve com esta instituição (BADIOU; WALLWARD, 2007).

<sup>3</sup> Por exemplo, em *Elementos de autocrítica*, publicado em junho de 1972 (Althusser, 1978).

<sup>4</sup> Já o fizera em «*Lire Le Capital*» (ALTHUSSER, L. 1996, p. 20, 46, 289).

mo atroz: a tese de que bastaria a violência, independentemente até do simples recurso às «belas mentiras» (concepção paupérrima da ideologia), para assegurar que as relações de exploração e opressão se reproduzissem (Idem, 1995, p. 212-214).

Passemos, portanto, às abordagens althusserianas da ideologia.

### **RUPTURA EPISTEMOLÓGICA E FUNÇÃO SOCIAL: O DUPLO E CONTRADITÓRIO FOCO DA TEORIA DA IDEOLOGIA**

Nas formulações elaboradas por Marx e Engels, especialmente a partir de *A Ideologia Alemã*, já está presente a dupla significação do conceito de ideologia, que se remete à ocultação da realidade e à reprodução das relações de dominação de classe. Mas, ao compartilhar este duplo direcionamento, Althusser, embora valorize o papel de ruptura desempenhado por aquele conjunto heteróclito de escritos, considera que, ali, as formulações sobre ideologia estão fortemente marcadas pelo positivismo, pois a apresentam, no fundamental, como mero reflexo vazio da realidade. Mesmo se levarmos em conta as inúmeras críticas (inclusive autocríticas) em relação ao epistemologismo da abordagem althusseriana, nosso autor não ignorou, de forma alguma a segunda dimensão. Pelo contrário, como se verá, a consideração da importância da ideologia para a reprodução social não apenas esteve presente como se desdobrou na abordagem do aspecto contrário (a contestação), o que constituiu uma espécie de face oculta do texto sobre os AIEs. Mas, também em relação à análise althusseriana da ideologia, a continuidade não deve ocultar a existência de importantes mudanças.

Tanto em *Pour Marx* como em *Lire Le Capital*, apesar da centralidade do foco incidir, no que se refere ao nosso tema, sobre o papel de obstáculo epistemológico da ideologia, esta é também abordada como um nível estrutural de um modo de produção. No primeiro livro, Althusser afirma que:

Em toda sociedade se constata [...] a existência de uma atividade econômica de base, de uma organização política, e de formas « ideológicas »... *A ideologia faz, pois, organicamente parte, como tal, de toda uma totalidade social.* [...] A ideologia... é uma estrutura essencial à vida histórica das sociedades. (ALTHUSSER, 2005, p. 238-9).

Em *Lire Le Capital*, nosso autor explica que o todo marxista, diferentemente do hegeliano, é complexamente estruturado pela articulação de “instâncias distintas e relativamente autônomas, dentre as quais a econômica, que é determinante em última instância, a política e a ideológica» (ALTHUSSER, 2005, p. 120-123).

Também está presente nos dois livros publicados em 1965 a concepção althusseriana de que, na ideologia, os homens não expressam suas relações com suas condições de existência, mas o *modo* como vivem a sua relação com as suas condições de existência: o que supõe, ao mesmo tempo, relação real e relação ‘vívida’, ‘imaginária’”. (ALTHUSSER, 2005, p. 256).

Esta conceituação de ideologia como relação real dos homens com suas condições de existência investida em uma relação imaginária foi incorporada por Nicos Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais (PPCS)*, obra publicada em 1968 e cuja importância para a ciência política contemporânea é muito difícil superestimar (POULANTZAS, 1968, p. 223). E talvez Poulantzas tenha sido o autor que, neste livro, mais incorporou à sua metodologia, inclusive no que se refere à ordem de exposição, as formulações althusserianas sobre a prática teórica, ou seja, o processo da transformação, por meio de conceitos mais abstratos, de noções em conceitos de abstração cada vez menor (Idem, 1968, p. 31). E é desnecessário insistir em que *PPCS* também incorpora e desenvolve a tese de que a ideologia é uma instância da totalidade social. Justamente esta incorporação possibilitou a ousada tentativa de formular uma teoria sistemática da instância política do modo de produção capitalista.

Da mesma forma que Marx explorou o que havia de mais avançado na economia política clássica para formular o conceito de produção em geral e, em seguida, de relações de produção, Althusser recorreu, de modo fecundo, aos avanços das ciências humanas, a começar pela psicanálise, em sua tentativa de produção de um conceito geral de ideologia. Não abandonou Marx. Ao contrário – e apesar do que o próprio Althusser afirmaria em uma obra na qual se desqualifica em demasia (ALTHUSSER, 1992) – o releu profundamente, contribuindo para uma extraordinária renovação conceitual que até hoje estimula o exame de diversas áreas do conhecimento. Empreendeu, no que se refere à ideologia, explorações similares à que, por exemplo, Nicos Poulantzas efetuou em relação a uma teoria do político no

modo de produção capitalista. Com a diferença de que, embora o trabalho de Poulantzas tenha sido mais sistemático – até por que seu objeto é mais discernível – este autor, especialmente em sua obra maior, *PPCS*, seguiu uma trilha fundamentalmente aberta por Louis Althusser. Todavia, estas similitudes não devem ocultar o fato de que, mesmo em relação às teorias regionais do econômico e do político, restam grandes interrogações acerca do que há (caso exista) de trans-histórico, especialmente em se tratando de sociedades sem classes, mais ainda uma sociedade comunista; e que esta questão é mais candente e complexa no que se refere à ideologia, pois Althusser a concebe como intrínseca a qualquer modo de produção<sup>5</sup>.

Em seus textos de 1965, Althusser centrou muito mais o foco na dimensão epistemológica, o que lhe possibilitou a realização de uma extraordinária releitura da obra de Marx, das sucessivas influências intelectuais que este sofreu e da imensa revolução teórica que produziu a partir de um determinado período de sua trajetória. A respeito do impacto da leitura que Althusser fez de Marx, basta mencionar, neste momento, o recurso ao conceito de ruptura epistemológica (que Althusser diz ter tomado de empréstimo a Bachelard), cuja importância fundamental não se limita ao estudo das relações entre ciência e ideologia.

O extraordinário impacto dessas formulações mobilizou a maior parte dos debates sobre a obra de Althusser, deixando para segundo plano o que, de fato, nas duas obras publicadas em 1965, estava neste lugar: 1) a dimensão estrutural da ideologia em um modo de produção; 2) a função social específica da ideologia na luta política de classes; 3) o modo mais geral de funcionamento da estrutura ideológica.

Em termos gerais, Balibar (2005) tem razão ao afirmar que “ideologia” é uma das três constelações de noções e de questões em torno das quais se organiza *Pour Marx* (as outras seriam o “corte epistemológico” e “estrutura”) e também ao asseverar que Althusser não modificou significativamente sua concepção geral acerca de ideologia (Idem, p. 10)<sup>6</sup>. Mas, quando observamos, por um lado, *Pour Marx* (e mesmo *Lire Le Capital*) e, por outro, “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado”, é visível o deslo-

<sup>5</sup> Posição à qual Poulantzas adere em *PPCS* (POULANTZAS, 1986, p. 200-203).

<sup>6</sup> A este respeito, Balibar refere-se explicitamente a *Pour Marx* (Em favor de Marx) e *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*.



camento do foco. Este, no artigo publicado em *La Pensée*, se dirige explicitamente para o modo como a ideologia é fundamental para a reprodução das relações de produção e, por esta via, para o conjunto das relações sociais. E tal deslocamento abre caminho para algumas extraordinárias tentativas de inovação.

A primeira delas é a radicalização da tese de que ideologia significa a “representação” [aspas de Althusser] “da relação imaginária [não mais real e imaginária] dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1996a, p. 126).

A segunda radicaliza a primeira. Althusser redefine e vai muito além da noção de representação, insistindo em que “a ideologia tem uma existência material”. Nos termos do próprio autor, “uma ideologia existe sempre num aparelho e em sua prática ou práticas. Essa existência é material” (Idem, 1996a, p. 128-129). As ideias constitutivas da crença deste ou daquele sujeito individual são “*seus atos materiais, inseridos em práticas materiais, regidas por rituais materiais, os quais, por seu turno, são definidos pelo aparelho ideológico material de que derivam as ideias desse sujeito*” (Idem, 1996a, p. 130, grifos dele). Neste sentido, como observa o autor, o próprio termo “ideias” perde a relevância que detinha nas concepções tradicionais de ideologia, sobressaindo-se, por outro lado, “sujeito” em sentido totalmente redefinido: ele “age na medida em que ‘é agido’ pelo seguinte sistema [...]: uma ideologia existente num aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais regidas por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito que age, com plena consciência, de acordo com sua crença” (Idem, 1996a, p. 131).

Neste processo, a noção decisiva é, portanto, a de “sujeito”, o que possibilita a formulação de uma dupla tese: “1. Não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela; 2. Não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos” (Idem, 1996a, p. 131).

Agora, Althusser considera que pode passar à sua “tese central” que constitui, segundo o ponto de vista aqui exposto, a inovação mais importante: “*A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos*” (Idem, 1996a).

Esta terceira inovação fundamental – a da interpelação – apresenta desdobramentos até então inéditos na obra de Althusser. A ideologia inter-

pela os indivíduos como sujeitos, no duplo e contraditório sentido do termo, ou seja, como livres e como assujeitados (assujeitados livremente). Desta forma, eles “trabalham sozinhos” (ou seja, em relativa ausência dos mecanismos diretos de repressão), comportando-se adequadamente à reprodução das várias dimensões do modo de vida necessário à reprodução das relações de produção. Este deslocamento do foco não exclui a “velha” formulação presente nos textos de 1965. Ao contrário, avança no sentido de desvendar os dispositivos por meios dos quais a ideologia é vivida pelos agentes.

### LUTA TEÓRICA E IDEOLÓGICA NO TEXTO SOBRE OS AIEs

O que ocorre no texto sobre os AIEs (e no manuscrito como um todo) merece uma dupla qualificação: 1) são importantes ajustes, os quais possibilitam maiores desenvolvimentos teóricos; 2) estes ajustes passam ao largo de qualquer crítica mais tradicional de epistemologismo.

Althusser envolve-se em uma intensa disputa muito concreta pela vanguarda política e cultural, onde, ao mesmo tempo em que rejeita o teorismo, procura algo bem mais amplo e profundo: atualizar o marxismo revolucionário por meio da absorção crítica de conquistas científicas que este se acostumara a estigmatizar e de tentativas de profundas transformações no campo da luta política até então ignoradas no plano teórico. Daí a incorporação de formulações maoístas acerca dos aparelhos de reprodução e revolução em todas as esferas da vida cultural; sobre contradição<sup>7</sup>; aportes gramscinianos para o estudo da ideologia; e o entusiasmo com os movimentos de maio de 1968 e a revolução cultural chinesa. E, por outro lado, sempre mantendo o pé em um movimento comunista com amplo e profundo enraizamento de massas, mas cujos aparelhos, cada vez emperrados, patinavam nas relações com as lutas proletárias e populares.

Estes ajustes e desenvolvimentos não são incompatíveis com a tese do efeito de desconhecimento produzido por dispositivos da ideologia dominante. Tese que, aliás, requer abordagens mais sofisticadas, especialmente ao se referir a dispositivos que operam no sentido de neutralizar os conteúdos das lutas de classes no plano ideológico.

<sup>7</sup> A respeito da apropriação da abordagem da dialética por Mao Zedong, ver as importantes observações de Althusser (2015).

A produção de práticas materiais que deem “sentido” a uma ordem de exploração e dominação ao ponto em que os sujeitos ajam por si mesmos implica mecanismos de desconhecimento das relações fundamentais em que tal ordem se fundamenta. O reconhecimento-desconhecimento, mais do que simples erro, é um mecanismo da reprodução de uma formação social (pelo menos de uma formação social classista), o qual passa necessariamente por processos de sujeição-garantia ou, como sugere Göran Therborn (1996, p. 2), sujeição-qualificação.

Não se trata, como posteriormente explicaria o autor, de uma abordagem funcionalista. É interessante como mesmo no plano teórico, Althusser procura demonstrar que o ponto de vista da reprodução é indispensável para a superação da metáfora espacial (base-superestrutura), o que, segundo ele, passa pela distinção entre o Aparelho Repressivo de Estado (ARE) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs). Na medida em que procura detectar as relações mencionadas no parágrafo anterior, nosso autor faz um importante esforço de produção teórica com vistas a uma crítica devastadora do conjunto das relações (família, escola, sistema partidário, sindical, de informação etc.) institucionalizadas em uma formação social marcada pela existência da propriedade privada dos meios de produção, no caso uma formação social capitalista, e nas tentativas de superação desta.

Aqui se descarta total concordância com as formulações apresentadas no artigo sobre os AIEs. No *post scriptum*, redigido em abril de 1970<sup>8</sup> e em outro texto suplementar, *Notes sur les AIE* (Notas sobre os AIE) (ALTHUSSER, 1995, p. 253-267), elaborado em 1976, o próprio autor apresenta forte autocrítica. Para Althusser, as teses apresentadas no artigo de *La pensée* ficaram “demasiado abstratas” e deixaram “sem resposta” diversos problemas. Já no *post scriptum*, ele afirma que faltou, na análise mais abrangente do processo de reprodução das relações de produção, o exame dos processos de produção e circulação. Nestes processos, diferentes ideologias, especialmente a jurídico-moral, se apresentam (ALTHUSSER, 1996, p. 139). Mesmo com isso, a abordagem permaneceria abstrata, pois as relações de produção implicam relações entre classes antagônicas. Neste

---

8 O texto sobre os AIEs traz a data de janeiro-abril de 1970 e o *post scriptum* a de abril de 1970, ou seja, dois meses antes da publicação do conjunto em *La pensée*. (ALTHUSSER, 1996, p. 138-140).

sentido, adotar o ponto de vista da reprodução implica, “em última instância”, “situar-se do ponto de vista da luta de classes”. (Idem, 1996). Os aparelhos de Estado são o lugar por excelência da luta da classe dominante. Mas “quem fala em luta da classe dominante fala em resistência, revolta e luta de classe da classe dominada” (Idem, 1996, p. 140).

Estes novos “elementos de autocrítica” serão analisados na próxima parte deste texto. Mas, desde já, cabe observar que o ponto frágil das formulações sobre os AIEs parece estar na expressão “de Estado”, que mais obscurece o sentido das inovações, abrindo o flanco para estéreos debates do tipo “tudo ou nada”. O que se perde é, em primeiro lugar, o caráter especial do aparelho de Estado “em sentido estrito” e, por esta via, o exame de uma estrutura crucial para a reprodução das formações sociais dominadas pelo modo de produção capitalista (para nos restringirmos ao que, no momento, mais nos interessa): a jurídico-política. Também se perde a perspectiva de lutas proletárias cujas dimensões ideológicas apontem, dentro do capitalismo, para o processo de constituição de aparelhos que se voltem predominantemente contra a a reprodução das condições de dominação de classe.

## A CRÍTICA FEITA POR NICOS POULANTZAS

Como vimos, o artigo de Althusser obteve ampla e imediata repercussão.

Em aparente ironia da História, as críticas mais contundentes e criativas vieram de dentro do próprio grupo althusseriano. Aqui, destaco uma que, mesmo sem ser a mais fulgurante, teve os méritos de aparecer com incrível rapidez, no mesmo ano em que foi publicado o artigo de Althusser em *La pensée*, e de se constituir na mais sistemática incorporação do conceito de aparelhos ideológicos (de Estado) à análise de um processo específico. Refiro-me a *Fascismo e ditadura*, extraordinária tentativa de articular reflexão teórica, análise histórica e intervenção política (POULANTZAS, 1978)<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> O processo de elaboração do manuscrito era parte de um projeto conjunto. Althusser retomaria os estudos de teoria marxista sobre base e superestrutura, ao mesmo tempo em que um grupo de discípulos dele (Etienne Balibar, Pierre Macherey, Christian Baudelot, Roger Establet e Michel Tort) pesquisariam sobre o sistema escolar na sociedade capitalista (BALIBAR, 2014). Além disso, Althusser mantinha contatos regulares com pesquisadores sobre os quais também exercia forte influência, como Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron, Charles Bettelheim e Nicos Poulantzas (BIDET, 1995).

A crítica de Poulantzas adquire contornos devastadores, chegando, inclusive, a negar a Althusser qualquer originalidade na produção do conceito. Neste particular, o papel central caberia a Gramsci, o primeiro marxista a superar a abordagem restritiva do Estado como se este se limitasse ao aparelho repressivo, composto por uma série de “ramos especiais, como o exército, a polícia, a administração, os tribunais, o governo” (POULANTZAS, 1978, p. 319). O Estado, “no sentido integral”, incluiria, para o marxista sardo, “organizações habitualmente consideradas como privadas”, tais como a Igreja, a escola, “os sindicatos, os partidos, o aparelho de informação” (Idem, 1978).

Poulantzas também destacou que, reciprocamente, para Gramsci, o aparelho de Estado *stricto sensu* não se reduz apenas à força; desempenha um forte papel ideológico. Portanto, não apenas existe ideologia neste ramo do aparelho estatal, ou seja, no aparelho repressivo de Estado, como as organizações “privadas” voltadas para a produção da hegemonia passam, na perspectiva gramsciana, a fazer parte do Estado. Enfim, Gramsci foi o primeiro marxista a considerar – não apenas ocasionalmente – ideologia como algo além de um conjunto de ideias ou crenças ou “um sistema conceitual”. Ela se estende “aos costumes, aos hábitos, ao ‘modo de vida’ dos agentes de uma formação [...] concretiza-se [...] nas *práticas* de uma formação social (práticas burguesas, práticas proletárias, práticas pequeno-burguesas)”.

Estas afirmações de Poulantzas, em grande parte irrefutáveis, seriam suficientes, segundo este autor, para sustentar a tese de que “não pode haver dúvidas de que Gramsci explicitou a teoria dos aparelhos ideológicos como aparelho de Estado”. (POULANTZAS, 1978, p. 320)<sup>10</sup>. Até porque, exceto no que se refere à crítica a Althusser,<sup>11</sup> eram desprovidas de qualquer novidade. O próprio Poulantzas as havia apresentado, nos mesmos termos, ao combater as posições teóricas de Ralph Miliband, em artigo do n. 58 (Nov.-Dez., 1969) da revista britânica *New Left Review*, ou seja, antes da publicação do texto de Althusser em *La pensée*. Em seu primeiro artigo de crítica a Miliband, Poulantzas confere ênfase à originalidade de

<sup>10</sup> O que Poulantzas já havia afirmado em seu *PPCC* (POULANTZAS, 1988, p. 195). Isto não significa, como sabemos, qualquer visão acrítica das teses de Gramsci sobre os aparelhos ideológicos. Segundo Poulantzas, elas precisam ser retrabalhadas porque: 1) não foram desenvolvidas; 2) não foram rigorosamente situadas “em relação à luta de classes” (Idem, p. 321).

<sup>11</sup> E a Charles Bettelheim, o que veremos depois.

Gramsci no teorizar sobre ideologia; formula a distinção entre ARE (no singular) e AIEs; argumenta em favor de considerar estes aparelhos como estatais, pois, recorrendo novamente a Gramsci, observa que a distinção entre público e privado é operada pelo Direito, ou seja, em certo sentido, pelo “próprio Estado”; e que tais aparelhos cumprem a mesma função que cabe ao ARE, qual seja, a de coesão de uma formação social classista (POULANTZAS, 1982, p. 230-233).

A análise sistemática que Poulantzas empreende, em *Fascismo e ditadura*, das imbricações de ideologias com as práticas de classes deixa claro que não se trata, para este autor, de simples questão de autoria do conceito de aparelhos ideológicos de Estado. Daí o caráter mais profundo da principal crítica que ele dirige a Althusser: este “peca, em certa medida, pela sua abstração e pelo seu formalismo: a luta de classes não ocupa nele o lugar que de direito lhe cabe” (Idem, 1982, p. 321). Para Poulantzas, “a ideologia não é qualquer coisa de ‘neutro’ na sociedade: só existem ideologias de classe. Enquanto ideologia dominante, a ideologia consiste em relações de poder absolutamente essenciais numa formação, podendo mesmo deter o papel dominante” (Idem, 1978, p. 322).

Já dispomos de elementos para supor a existência de uma polarização entre as abordagens efetuadas por Louis Althusser e Nicos Poulantzas a qual este último não explicita.

Correndo o risco de simplificação, diríamos que Althusser resvala, ao longo de seu artigo, para uma perspectiva ultraestrutural, enquanto Poulantzas, em *Fascismo e ditadura* efetua um movimento oposto que já se prenunciou na mencionada referência aos AIEs apresentada no texto sobre o livro de Miliband: o autor de *PPCS* se desloca de uma abordagem estrutural para outra predominantemente relacional. Este autor, embora referenciado fundamentalmente no modo de produção capitalista, não recorre, diferentemente do que fez em seu livro imediatamente anterior, à tentativa de construir uma teoria da instância ideológica deste modo de produção. A análise oscila e, se, por um lado, o exame das correlações de forças se enriquece, por outro, as determinações estruturais advindas do ideológico quase se apagam.

Já Althusser se arrisca na tentativa de construir uma teoria da ideologia que valha para quaisquer modos de produção. Em outros termos, não se limita à teoria regional da ideologia no modo de produção capitalista nem, muito menos, à análise da ideologia dominante em formações sociais marcadas por esta ou aquela presença da dominância do capitalismo.

O resultado não deixa de ser curioso. Althusser tende para uma concepção ultraestrukturalizante de ideologia, formulada em um elevadíssimo grau de abstração, a qual converte os indivíduos em sujeitos, independentemente de como as individualidades se constituam historicamente. No Poulantzas de *Fascismo e ditadura*, as determinações estruturais burguesas (especialmente do nível ideológico) se enfraquecem e se confundem com os modos como cada classe, fração de classe, camada ou categoria social dela se apropria em conjunturas específicas de duas formações sociais marcadas pela recente transição para o estágio imperialista: a italiana e a alemã.

No texto de Althusser, o próprio caráter da teoria, que ocupa uma posição limítrofe entre o particular (ideologia no modo de produção capitalista), o regional (ideologia nos diferentes modos de produção) e, por outro lado, o trans-histórico (a ideologia em geral), dificulta, em diferentes graus, desde o primeiro caso, atenção especial para os aparelhos ideológicos não estatais<sup>12</sup>, uma vez que o próprio privilégio conferido ao conceito de modo de produção tende a levar em conta as estruturas e, com elas, os seus suportes no plano mais abstrato, os voltados para a reprodução.

Todavia, Poulantzas, embora seja obrigado a se referir a processos concretos transcorridos em formações sociais determinadas, não teoriza rigorosamente sobre a existência de aparelhos ideológicos não estatais. Considera que “só podem ‘escapar’ ao sistema dos aparelhos ideológicos de Estado as organizações revolucionárias e de luta de classe”, mas se limita a uma petição de princípio, observando que “este problema releva da teoria marxista-leninista da *organização*” (1978, p. 329 – grifos dele). A rigor, embora faça uma análise que privilegia (criticamente) o ponto de vista da

<sup>12</sup>Mais precisamente, o que Althusser chamará, em manuscrito ao qual faremos referência, elementos de um sistema de aparelhos ideológicos de Estado. Formulação que, em termos menos ousados e pouco claros, Poulantzas apresentou em *Fascismo e ditadura*, ao observar que “um partido, um sindicato, uma escola não são, tais quais, aparelhos, mas ramos do aparelho político, sindical, escolar etc.” (POULANTZAS, 1978, p. 322). Escrevo “menos ousado” porque Althusser pretendia, como veremos, efetuar um corte relativo, mas crucial, entre “peças” revolucionárias no interior dos aparelhos ideológicos de Estado e estes sistemas que se voltam fundamentalmente para a reprodução.

III Internacional, Poulantzas não realiza, em *Fascismo e ditadura*, exame sistemático desses aparelhos não estatais. Este autor, ao estudar o caso alemão, mesmo antes da escalada fascista, refere-se à socialdemocracia como um aparelho ideológico de Estado; e, a partir da implantação do fascismo, é em aparelhos deste tipo que aparelho que a análise meticulosa se concentra, não somente porque as organizações proletárias foram dizimadas, mas também em razão da extraordinária relevância adquirida pelos novos e velhos AIEs<sup>13</sup>.

Talvez seja o momento de apresentar uma proposta teórica para resolver este desencontro. Ela se fundamentará nas formulações althusserianas sobre a estrutura ideológica, formulações que foram brilhantemente desenvolvidas pelo próprio Nicos Poulantzas em *Poder político e classes sociais*.

Já no âmbito do modo de produção, uma estrutura regional – no caso a ideológica – articula-se às demais. Se desdobrarmos a análise para o plano das formações sociais será possível vislumbrar que diferentes classes, frações, categorias e camadas sociais se constituem. Desta forma, prepara-se o terreno para a análise de processos marcados pelas relações em cujo interior as classes se apropriam, de distintos graus e formas, da ideologia dominante, o que pode passar, inclusive, pela predominância do antagonismo em relação a esta.

Tal formulação possibilita articular o duplo movimento da *démarche* althusseriana – teoria da ideologia, enquanto ultraestrutura (nos termos do autor, oni-histórica) e teorias das ideologias que, enquanto tais, são históricas – o que implica a distinção relativa – mas longe de insignificante – entre ideologia burguesa e ideologia da burguesia<sup>14</sup>. Esta última tem a ver com os processos concretos de apropriação da primeira, que é estrutural, pelas frações burguesas em cada período de uma formação social. Em outros termos, aspectos estruturais da ideologia dominante não são necessariamente apropriados em sua plenitude seja pelo conjunto da classe burguesa, seja por uma de suas frações. Mesmo ao longo de revoluções burguesas, essa apropriação pode ser mais radicalizada por segmentos da

<sup>13</sup> Em termos mais abstratos, Poulantzas afirma que, no Estado de exceção, pode ocorrer uma reorganização que chega ao ponto de “um aparelho ideológico dominar o conjunto do sistema estatal”, o que inclui o próprio aparelho de Estado *stricto sensu* (POULANTZAS, 1978, p. 341).

<sup>14</sup> O que implica uma leitura mais matizada do que a comumente feita da formulação de Marx e Engels segundo a qual, “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”.



pequena burguesia rural ou urbana, ou por um leque mais amplo de forças voltadas para montagem do aparelho de Estado burguês e imersas em aparelhos ideológicos não estatais no interior de Estados pré-burgueses<sup>15</sup>. Como não se trata de relações unicasais (nem de totalidade simples), é possível incorporar ao jogo de determinações as relativas aos mecanismos denotados pelo conceito geral de ideologia.

Neste caso, embora descartando a querela da autoria da produção teórica do conceito de aparelhos ideológicos (de Estado), é preciso levar em conta que a abordagem althusseriana no artigo de *La pensée* desenvolve, no essencial, com relativa congruência, as teses que o autor defendeu nos livros publicados em 1965 e possibilita um mapeamento das estruturas do modo de produção cujo interior se constitui de aparelhos e forças sociais concretos, em relação aos quais se pode recorrer, sem cair em uma perspectiva puramente relacional e subjetivista, à problemática das ideologias.

### (DES)RAZÕES DAS AUTOCRÍTICAS

Duas das autocríticas feitas por Louis Althusser já no *post scriptum* a seu artigo de *La pensée* merecem destaque. A primeira refere-se à ausência de importantes aspectos substantivos, especialmente o tratamento adequado de distintos níveis de abstração. Teria faltado uma “análise mais abrangente do processo de reprodução das relações de produção”, inclusive o exame dos processos de produção. Em segundo lugar, inexistiu menção às diferentes ideologias, principalmente a jurídico-moral, cujo papel não poderia ser ignorado.

De fato, esta dupla ausência em um texto carente de maior organicidade contribui para obscurecer o fio vermelho que perpassa o esforço do autor: uma análise marxista da reprodução é requisito indissociável das condições de transformação de um modo de produção<sup>16</sup>. E – aspecto importantíssimo – o próprio Althusser já havia explicitado esta posição no

<sup>15</sup> Como afirma o próprio Poulantzas em *PPCS*, são muito raros os casos em que “a ideologia dominante aparece na ‘pureza’ da sua relação com a classe ou fração dominante”. Esta ideologia “não reflete apenas a as condições de vida da classe dominante, sujeito puro e simples, mas também a relação política concreta, em uma formação social, entre as classes dominantes e as classes dominadas” (POULANTZAS, 1986, p. 197). Mais adiante estenderemos esta reflexão à transição para o socialismo.

<sup>16</sup> A este respeito, ver o texto ao mesmo tempo lúcido e assoberbado Michel Pêcheux, escrito em 1978 (PECHEUX, 2013).

manuscrito do qual foi extraído o artigo para *La pensée*: “é ao ponto de vista da reprodução que precisamos nos elevar, não apenas para compreendermos a função e o funcionamento da superestrutura, mas também para dispor dos conceitos” que possibilitem o avanço da ciência da história das revoluções. E que também contribuam para se constituírem, “sob a ditadura do proletariado, os aparelhos ideológicos de (Estado)<sup>17</sup>” adequados para se “preparar efetivamente a passagem ao socialismo”, o que levará “ao desaparecimento do Estado e de todos os seus aparelhos [...]” (1995, p. 193)<sup>18</sup>.

Como já ficou implícito na primeira, a segunda observação refere-se à pertinência da autocrítica. De um ponto de vista puramente formal, esta é cabível, até porque intrínseca ao processo de produção de conhecimentos e de intervenção no sentido de transformar o real. Mesmo assim, ainda cabem outras ponderações.

O texto de *La pensée* foi apresentado com a ressalva, já no subtítulo, de que se tratava de “notas para uma investigação”. E, além de intensamente criativo, estava escorado em reflexões mais demoradas (nem sempre desenvolvidas com o mesmo rigor e sofisticação), cujos manuscritos eram desconhecidos, além de terem ficados inconclusos<sup>19</sup>. Mas estes foram publicados posteriormente, formando, com o artigo, o *post scriptum* e as Notas sobre os AIE, um conjunto portentoso, tanto pela originalidade de inúmeras formulações como pelo caráter profundamente subversivo das teses que apresenta.

<sup>17</sup> Os primeiros parênteses são propositais e os insiro aqui justamente porque as relações entre classes populares (especialmente o proletariado) e Estado no socialismo representam uma das maiores tragédias das tentativas de revolução socialista no século XX, as quais ocuparam lugar central nas preocupações de Althusser.

<sup>18</sup> Esta longa citação foi extraída do capítulo X, intitulado *Reproduction des rapports de production et révolution*. Este capítulo do manuscrito não foi aproveitado no artigo de *La pensée*. Aqui fica a questão: ou em uma sociedade comunista não haveria ideologia ou esta se reproduziria em aparelhos não estatais.

<sup>19</sup> Resta saber por que Althusser não as mencionou. Para além de qualquer explicação psicológica, Motta e Serra (2014), observam que as posições políticas, especialmente o leninismo, de Althusser, insistentemente explicitadas no manuscrito, estão ausentes do artigo de *La pensée*. Pelo menos duas hipóteses, que não necessariamente se excluem. A primeira é a da expectativa, por parte de Althusser, de concluir, no pior dos casos, ao menos este primeiro volume. A segunda, já aventada, é a da urgência de intervir em um debate crucial sem que as pressões que o autor sofria se tornassem insustentáveis. Um depoimento de caráter mais pessoal sobre as circunstâncias que levaram Althusser a publicar o texto é feito por Balibar (2014). O artigo foi importante contribuição para uma espécie de sobrevida do marxismo junto a amplos contingentes das esquerdas cultivadas em várias partes do mundo. Observe-se que o segundo manuscrito jamais foi iniciado. Todavia – e este é um tema para outro texto – as conferências e escritos políticos cada vez mais criativos e certos de Althusser deixam claro que ele tinha muito mais para escrever sobre questões candentes da teoria e da prática revolucionárias.

Neste conjunto de publicações, evidencia-se que, embora não sejam transformáveis radicalmente no interior de uma sociedade capitalista, os AIEs estão longe de serem totalmente blindados contra o avanço das lutas proletárias.

Para Althusser, se um Partido Comunista foi legalizado e se inseriu no sistema constitutivo do Aparelho Ideológico Partidário de Estado ou se um sindicato comunista ingressou no Aparelho Ideológico Sindical de Estado, isto apresenta implicações profundamente contraditórias. Uma Igreja determinada, este partido, aquele sindicato, não constituem, cada um deles, um aparelho ideológico de Estado, mas um elemento, “uma peça de diferentes sistemas, que denominamos Aparelhos ideológicos de Estado: o sistema religioso, o sistema escolar, o sistema político etc.” (ALTHUSSER, 1995, p. 116)<sup>20</sup>. Por um lado, esta inserção de partido ou sindicato comunista deveu-se à intensidade das lutas proletárias. Por outro, o interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado jamais poderá ser o principal cenário de luta desse partido ou sindicato. Muito ao contrário, é um *locus* desfavorável no qual as lutas, se deixadas a si mesmas ou transformadas em prioritárias, tendem a ser neutralizadas pelo próprio funcionamento dos referidos aparelhos. Em outros termos, a persistência das lutas proletárias fora dos AIEs é fundamental para que elas perdurem, sem se descaracterizarem, no interior destes.

Para Althusser, os embates no interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado Político e Sindical expressam lutas de classes que ocorrem não somente fora deles, mas em um âmbito muito maior e profundo. Portanto, as organizações proletárias que atuam no interior desses aparelhos, “trairiam sua missão caso apegassem a luta de classe exterior” (1995, p. 127). Daí a referência aos “partidos operários social-democratas [...] perfeitos exemplos de ‘peças’ dos AIE burgueses que se deixam ‘digerir’ ao mesmo tempo pela ideologia do Estado burguês, realizada nos AIE, e pelas ‘regras’ do ‘jogo político e sindical’ desses AIE. A ideologia desses partidos é um simples subproduto da ideologia burguesa destinado a operários: a ideologia pequeno-burguesa reformista”, uma “política de colaboração de classe.” (Idem, 1995, p. 127).

<sup>20</sup> Este e os demais trechos de *Sur la reproduction* neste artigo foram traduzidos por mim, LFRA. Agora podemos retornar à observação relativa a Poulantzas na nota 10 deste texto.

As considerações tecidas por Louis Althusser se estendem aos processos de tentativa de transição para o socialismo. Aí se desfaz uma aparência muito forte: a da fragilidade dos AIE, quando comparados ao Aparelho Repressivo de Estado. Daí a tragédia enfrentada pela Revolução de Outubro, que destruiu rapidamente grande parte do Aparelho Repressivo de Estado, restando dele somente o ramo administrativo. O principal problema, segundo Althusser, estava nos Aparelhos Ideológicos do novo Estado, ou seja, do Estado proletário: no “seu aparelho *político*”. Como o partido e os Sovietes poderiam ligar-se às massas e controlar aquele aparelho administrativo, destruindo “a tendência burocrática”? O que deveria ser um aparelho sindical? “Um aparelho ‘*não coercitivo*’, uma ‘*escola de comunismo*’ para assegurar, por meio de diversas engrenagens, uma justa ligação com as massas”? Como seria, especialmente, o novo aparelho escolar, cuja importância é crucial para “o futuro das jovens gerações”. Para Althusser, que afirmava compartilhar as mesmas preocupações de Lenin, especialmente depois de outubro de 1917, “não basta destruir o aparelho repressivo; também é preciso destruir e substituir os Aparelhos ideológicos de Estado. É preciso construir urgentemente novos AIEs, sem os quais, Lenin tinha razão, o próprio futuro da revolução está em jogo” (Idem, p. 120-121; os grifos neste parágrafo são do próprio Althusser).

Seja no que refere ao papel dos sindicatos e dos partidos nas formações sociais capitalistas ou nos processos de transição para o socialismo, estas formulações que aqui apresentamos de modo extremamente resumido (pois Althusser escreve mais de 160 páginas a respeito) são de uma atualidade imensa, inclusive no que se refere à formação social brasileira.

É clara, a este respeito, a inspiração das teses althusserianas em obras como as de Charles Bettelheim acerca da revolução cultural proletária na China e das lutas de classes na URSS<sup>21</sup> e também em trabalhos de Nicos Poulantzas, embora este e aquele autor as assimilem de modos distintos. Poulantzas elogia Bettelheim por recorrer ao conceito de “aparelho econômico”, mas o critica por utilizar, na polêmica com Paul Sweezy, o conceito de aparelho ideológico sem explicitar que são “de Estado”. Vejamos duas passagens do texto de Bettelheim que se voltam para as tentativas de transição para o socialismo.

<sup>21</sup> O primeiro volume de “*As Lutas de Classes na URSS*” foi publicado por Bettelheim em 1974.

Na primeira delas, afirma-se que “a reprodução das antigas relações sociais”, isto é, “relações burguesas” nas empresas e nos “diferentes aparelhos políticos e ideológicos” significa a permanência dos “agentes da reprodução destas relações, que constituem forças sociais burguesas” ainda “sob a ditadura do proletariado e apesar da estatização dos meios de produção” (BETTELHEIM, 1971, p. 57). No segundo trecho, Bettelheim destaca a necessidade de “revolucionarização dos diferentes aparelhos econômicos, ideológicos e políticos, pois é graça a ela que se pode proceder à eliminação das relações sociais capitalistas, que eles continuam a reproduzir, e à sua substituição por relações socialistas” (Idem, p. 58).

Creio que, em ambos os casos, Bettelheim, nos rumos traçados por Louis Althusser, está atento à complexa dialética dos aparelhos no processo de transição, especialmente, no caso que nos interessa de perto neste momento. Alguns deles permanecem burgueses, até porque não se trata de simplesmente interdita-los; outros também antigos são objetos de ferrenhas disputas que podem, inclusive, atravessar contingentes que se pretendem revolucionários socialistas; outros se constituem como embriões mais ou menos desenvolvidos de aparelhos ideológicos proletários, o que não significa ausência de contradições internas e/ou com setores do que resta do pessoal do Estado. Simplesmente conceituar – como parece sugerir Poulantzas – todos estes aparelhos como “de Estado” implica sérios riscos de simplificação teórica e de ocultação ideológica de processos de legitimação de forças burguesas no processo de transição, quando, em suma, estão muito longe de serem claros os vínculos entre os aparelhos ideológicos e o novo poder de Estado que se luta para consolidar. Althusser dedicava grande atenção a estes aspectos embora muitas vezes não demonstrasse, nas teorizações políticas, a mesma sofisticação do autor de *PPCS*.

Na referenciação empírica e, sobretudo, na teoria, as preocupações de Althusser estavam muito longe do reprodutivismo. Voltavam-se exatamente para o oposto, ou seja, como atuar frente ao que denominava Aparelhos Ideológicos de Estado burgueses e como construir, em um processo revolucionário socialista, os correspondentes Aparelhos Ideológicos.

A começar por uma questão crucial: em qual medida e de qual maneira ainda seriam estatais? Não foi por mero culto à tradição, mas, ao contrário, em contraposição a esta no que teve de expropriação do poder

proletário, que Althusser se oporia ao abandono explícito do projeto de implantação de uma ditadura do proletariado, que de forma alguma se reduzia ao poder de Estado, durante o período de transição socialista<sup>22</sup>.

Uma importante preocupação de Althusser voltava-se para a necessidade de identificar o AIE dominante na tarefa de reproduzir as relações de produção, pois este aparelho deve ser o alvo principal da luta de classes. Por exemplo, na Europa, as revoluções políticas burguesas foram precedidas de longos e intensos embates de classes dos mais variados tipos em torno da Igreja e das posições por ela defendidas.

As formulações teóricas acerca da extraordinária importância dos AIEs expressam a enorme sensibilidade de Althusser, ao contrário de boa parte dos intelectuais ligados ao Partido Comunista Francês, para o potencial dos movimentos estudantis de maio de 1968, os quais produziram profundos abalos no que nosso autor considera o principal AIE das formações sociais capitalistas: o escolar<sup>23</sup>. Aqui, mais uma vez, se revelou a profunda capacidade de apreender o novo, teorizar sobre ele e integrá-lo ao que considerava fundamental para o marxismo revolucionário. Não se tratava de aderir ao esquerdismo, mas de disputar com ele, contribuindo, no plano teórico-político, para que os comunistas se colocassem à altura das tarefas que tinham de realizar.

Althusser não perde a oportunidade de alertar para o primado da “infraestrutura” sobre os AIEs, deixando bem claro que, ao teorizar sobre estes últimos, estava longe de fornecer “um pequeno tratado da revolução”, o qual se iniciaria por “desencadear a luta de classes nos aparelhos ideológicos de Estado”, centrando o fogo no principal deles, o escolar, anulando a capacidade reprodutiva dos AIEs em relação à infraestrutura e, por fim, tomando o aparelho repressivo estatal. Mesmo que tal delírio voluntarista fosse possível, ainda assim ficaria de pé um problema bem mais importante: a luta de classes se enraíza na infraestrutura e “transborda infinitamente as formas dos aparelhos ideológicos de Estado nos quais ela se torna visível” (Idem, 1995, p. 194).

<sup>22</sup> Em relação a este problema, ver o texto da conferência de Althusser (2015) sobre a ditadura do proletariado.

<sup>23</sup> A respeito das manifestações estudantis de maio de 1968, ver as considerações críticas de Althusser em carta escrita, no ano seguinte, a Maria Antonietta Macciocchi (ALTHUSSER, 1969). Agradeço a Danilo Martuscelli, que não tem qualquer responsabilidade pelos erros cometidos neste meu artigo, a lembrança daquele importante documento.

Althusser não parou aí. Mais uma vez, longe de se reconfortar com uma petição de princípio perfeitamente aceitável pelos principais epígonos do materialismo histórico, preparava uma nova investida em um terreno que serviria de base para importantes debates sobre os problemas até então mantidos ocultos pelos partidos comunistas de quase todo o mundo chamado ocidental. Tratava-se, agora, de quebrar a caixa preta da infraestrutura e afirmar o primado, no interior desta, das relações de produção sobre as forças produtivas no processo de construção do socialismo. Esta primazia não era indiferente ao “papel *decisivo* desempenhado, nas formações sociais capitalistas, pela ideologia *jurídico-moral*”, que se reproduzia no interior do Aparelho ideológico de Estado Jurídico, justamente aquele que articulava “*a superestrutura sobre e na infraestrutura*”, regulando o funcionamento das relações de produção (1995, p. 202-203).

Desta forma, Althusser integrava a uma abordagem mais profunda da ideologia a crítica não somente ao capitalismo de tipo “ocidental”, mas também ao processo soviético que, especialmente a partir da consolidação do stalinismo, foi profundamente marcado, no plano ideológico, pela “problemática das forças produtivas”, o que teve importante papel na ocultação do caráter das relações de exploração de classe e da expansão de um aparelho estatal voltado fundamentalmente para a reprodução destas relações. Em suma, o que a apologia do desenvolvimento das forças produtivas ocultava, por meio de distintos aparelhos ideológicos de Estado, era uma forma renovada de exploração e dominação de classe. Mais uma vez, Althusser prestava uma contribuição valiosa para a análise crítica do que se convencionou chamar, numa mistura de cinismo com abdicação teórica, de “socialismo real”. O aprofundamento deste debate sobre as tentativas de transição para o socialismo é fundamental para desenvolver e ampliar a luta das forças sociais anticapitalistas.

Obviamente, os tempos eram outros e diversos processos político-ideológicos contribuíam para que a perspectiva de revolução estivesse na ordem do dia. Basta mencionar a vitória do povo vietnamita sobre a maior potência militar do planeta; os avanços da Revolução Cubana; inúmeras outras lutas de libertação nacional; as diversas vertentes do movimento negro nos EUA; a forte presença de movimentos comunistas na chamada

Europa Latina, especialmente França e Itália; e os extraordinários impactos ideológicos produzidos pelas lutas operárias e estudantis em 1968.

Mais tarde, com a nova expansão imperialista sob a égide do neoliberalismo, antigos aparelhos ideológicos de Estado se reciclaram, enquanto outros entraram em crise ou mesmo foram desativados; e novos se constituíram.

François Matheron (2001, p. 368), um dos responsáveis pela publicação das obras póstumas de Althusser, contrapõe sem qualquer nuance “um texto tão estimulante como o célebre ‘Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado’” ao “demasiado terrificante ‘Sobre a reprodução das relações de produção’, do qual o primeiro não passa, todavia, exceto em alguns detalhes, de um fragmento”.

Aqui, com nuances, se defende o ponto de vista oposto. O manuscrito no seu “quase todo” (pois faltou completá-lo) é importantíssimo para elucidar aspectos cruciais do artigo publicado em *La Pensée*. Naquele texto maior se explicitam bem mais claramente os vínculos indissociáveis, numa perspectiva revolucionária, entre análise da reprodução e análise da transformação social. Nele também se abordam dois aspectos que fazem imensa falta para a compreensão das teses apresentadas no artigo. O primeiro é a distinção entre um AIE (um sistema) e uma peça deste sistema. Tal distinção abre espaço para se compreender como, em diversas formações sociais capitalistas, caso da francesa dos anos 60, importantes sindicatos e partidos proletários se constituíam, havia décadas, como peças dos AIs (ao menos parcialmente, estatais) burgueses. E isto ocorria em razão de lutas proletárias e populares que transcorriam muito mais fortemente fora destes aparelhos. Lutas cuja sobrevivência e avanço eram fundamentais para assegurar o caráter operário e popular das referidas peças, evitando que, a exemplo do que ocorreu com a socialdemocracia, elas fossem “digeridas” pelos sistemas dos AIEs (estatais inclusos). O mesmo ocorreria, segundo Althusser, em um processo revolucionário socialista, quando é necessário destruir os AIEs do “antigo regime” e, por outro lado, não se criam por decreto os aparelhos correspondentes ao novo poder da classe que luta para se constituir como dominante.

Houve e há resistências, algumas fundamentais, mas todas incapazes de se contrapor vitoriosamente aos processos de neutralização de



velhas e novas “peças” proletárias e populares de AIEs. Caso se aprofunde a nova crise do capitalismo, agora em escala ainda mais transnacionalizada, novos horizontes de práticas de resistência coletiva poderão se abrir, com a produção de aparelhos em estreita correspondência com as mutações, sob diversos ângulos, de proletários e proletárias do século XXI.

Talvez o recado de Althusser no artigo de *La Pensée* tenha sido o oposto do que muitos de seus leitores interpretaram. Se isto faz sentido, é bastante provável que o caráter *stimulant* ou *terrifiant* de *Sur la reproduction* guarde forte relação com as posições teóricas e políticas de quem conhece tanto o artigo como o manuscrito de onde este saiu.

É tempo de reler Althusser.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, L. F. Um texto discretamente explosivo : Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. *Lutas Sociais*, v. 18, n. 33, 2015.

ALTHUSSER, L. Marxisme et humanisme. In: *Pour Marx*. Paris: Maspero, 1965.

\_\_\_\_\_. *Althusser y Maio del '68*: la carta de Althusser a Maria M. Macciocchi del 15 de marzo de 1969, 1969. Disponível em: <<http://www.democraciasocialista.org/?p=3971>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Elementos de autocrítica. In. *Posições -1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

\_\_\_\_\_. *L'avenir dure longtemps suivi de les faits*. Paris: Stock/IMEC, 1992.

\_\_\_\_\_. La critique de Marx. In: ALTHUSSER, L. ; BALIBAR, E. *Lire le Capital*. 2 ed., vol. 2. Paris: Maspero, 1973b.

\_\_\_\_\_. L'objet du capital. In: ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E. *Lire le Capital*. 3 ed., v. 1. Paris: Maspero, 1973a.

\_\_\_\_\_. *Sur la reproduction*. Paris: PUF, 1995.

\_\_\_\_\_. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In. ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

\_\_\_\_\_. Conferência sobre a ditadura do proletariado (1976). *Lutas Sociais* v. 18, n. 33, 2015.

BADIOU, A. *Théorie de la contradiction*. Paris: Maspero, 1975.

BADIOU, A.; BALMÈS, F. *De l'idéologie*. Paris: Maspero, 1976.

BADIOU, A.; WALLWARD, P. *Interview with Alain Badiou*. 2007. Disponível em <[http://www.valas.fr/IMG/pdf/Interview\\_with\\_Alain\\_Badiou.pdf](http://www.valas.fr/IMG/pdf/Interview_with_Alain_Badiou.pdf)>. Acesso em 17 Abr. 2016.

BALIBAR, E. Althusser e Mao. *Période*, 2005. Disponível em: <<http://revueperiode.net/althusser-et-mao/>>. Acesso em: 20 Maio 2016.

\_\_\_\_\_. *Avant-propos pour la réédition de 1996 de Pour Marx*. Paris: La Découverte, 2005.

\_\_\_\_\_. Althusser and the Rue d'Ulm. *New Left Review*, n. 58, 2009.

\_\_\_\_\_. Foreword: Althusser and 'Ideological State Apparatuses'. In: ALTHUSSER, L. *On the Reproduction of Capitalism: ideology and ideological State Apparatuses*. London / New York: Verso, 2015.

BETTELHEIM, C. Segunda carta. In: SWEEZY, P.; BETTELHEIM, C. *Sociedades de transição: luta de classes e ideologia proletária*. Porto: Portucalense, 1971.

\_\_\_\_\_. *Les luttes de classes en URSS (1917-1921)*. Paris: Seuil/ Maspero, 1974.

MARX, K.; ENGELS, F. Feuerbach e História: rascunhos e anotações (do fim de novembro de 1845 a meados de abril de 1846). In: *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BIDET, J. Nota editorial. In: ALTHUSSER, Louis, op. cit.

MATHERON, F. Louis Althusser ou l'impure pureté du concept. In: BIDET, J.; KOUVÉLAKIS, E. *Dictionnaire Marx Contemporain*. Paris: PUF, 2001.

MOTTA, L. E. *A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Grama/FAPERJ, 2014.

MOTTA, L. E.; SERRA, E. A ideologia em Laclau e Althusser: diálogos impertinentes. *Revista de Sociologia e Política*. v. 22, n. 5, 2014.

PÊCHEUX, M. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes, *Décalages*, v. 1, n. 4. 2013. Disponível em: <<http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero, 1968.

\_\_\_\_\_. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

\_\_\_\_\_. O problema do Estado capitalista. In: BLACKBURN, R. (Org.). *Ideologia na Ciência Social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RANCIÈRE, J. *La leçon d'Althusser*. Paris : Gallimard, 1974.

THERBORN, G. A formação ideológica dos sujeitos humanos. *Lutas Sociais*, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18805/13987>>. Acesso em 7 jan. 2016

